

Resenha do livro:**DE PAIVA, José Maria. *Colonização e Catequese*. São Paulo: Arké, 2006. 160 p.****Resenha por: César de Alencar Arnaut de Toledo¹ e Marcos Ayres Barboza²****Cultura, catequese e educação indígena**

O livro de autoria de José Maria de Paiva, professor doutor da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e do Programa de Pós-Graduação da mesma instituição, foi escrito em 1978 e publicado pela primeira vez em 1982, pelas editoras: Cortez e Autores Associados. É uma obra importante sobre o início do processo de aculturação da América Portuguesa com base na civilização ocidental e cristã.

Na história da educação no Brasil, atribui-se aos religiosos da Companhia de Jesus um grande destaque, notadamente, pela contribuição à constituição da cultura brasileira, no início dos Tempos Modernos. A função pedagógica exercida pelos jesuítas auxiliou na conversão dos indígenas para a formação dos novos cristãos.

Nas Américas eles exerceram grande influência na transposição da cultura portuguesa. Eles também exerceram uma função política muito importante na organização e na manutenção dos aparelhos do Estado Português no Novo Mundo. Ao iniciarem a formação da cultura brasileira, os jesuítas foram os primeiros a trazer a cultura letrada para as terras do Brasil e, com o impulso a obra de evangelização, eles puseram o projeto de colonização em ação.

O objeto de estudo é a evangelização e a colonização, em seus primórdios, ou seja, a maneira como os jesuítas desenvolveram a sua própria missão e como sentiram o problema da conversão indígena. Para tanto, a obra está sistematizada da seguinte maneira: capítulo I, *Fé no império no contexto quinhentista*; capítulo II, *Predominância dos interesses mercantis sobre os interesses religiosos* e, por último, capítulo III, *O papel da catequese dos índios no processo de evangelização*.

No capítulo I, *Fé e império no contexto quinhentista*, José Maria de Paiva discute o movimento de evangelização e de colonização, com base na seguinte indagação: como os jesuítas entenderam sua própria missão? Segundo ele, o contexto histórico do período quinhentista configurou-se ainda como uma imagem cristã medieval do mundo.

Havia a crença de que o mundo era de Deus e tanto o Papa como os Reis tinham como missão primeira a evangelização para “fazer reinar a graça de Deus” (p. 22). Todos, independente do ofício exercido, apresentavam a mesma visão de homem e de sociedade, que se apoiava na fé.

Nesse sentido, aos que não conheciam a Deus fazia-se necessário anunciar a palavra da salvação, para que não se submetessem à ação do demônio. Os fiéis, convertidos e batizados, ingressavam em um mundo verdadeiro formado pela unidade do orbe cristão. A ordem e o equilíbrio da sociedade, fundamentava-se na “fidelidade individual ao cumprimento dos mandamentos com vistas à própria salvação” (p. 24).

Não se questionava a visão cristã de homem e de sociedade, visto que o equilíbrio se apoiava na unidade da fé. Os jesuítas eram funcionários reais. Em relação a eles, o autor

¹ Doutor em Educação pela UNICAMP (1996). Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá/UEM-PR. Direção Eletrônica: caatoledo@uem.br

² Mestre em Educação (2007). ayresbarbosa@hotmail.com

afirma que “mais importante que sabê-los fiéis pregadores da mensagem religiosa é sabê-los funcionários de uma ordem estabelecida e querendo se estabelecer” (p. 25).

Pela concepção cristã medieval quinhentista, era necessário anunciar a palavra de Deus aos que ainda não a conheciam, uma vez que, era uma exigência social, para livrá-los do espírito do mal. Então, a “conversão pela sujeição foi a fórmula prática que traduziu a Fé e o Império em terras brasílicas” (p. 26). A catequese traduzia toda a ação pastoral da Igreja, caracterizada pela doutrinação, pela pastoral litúrgico-devocional, pelo comportamento das pessoas e pelas instituições eclesiásticas.

A pastoral desenvolvida não se realizava à parte, a religiosidade era uma das expressões culturais mais importantes no contexto quinhentista. Desse modo, a colonização do Brasil foi pensada em razão da produção, visando o enriquecimento da Coroa Portuguesa. Não eram dois objetivos distintos: a colonização e a evangelização. A unidade da ordem divina se impunha, já que o mundo existia enquanto uma realidade de Deus, segundo a visão de mundo da época.

No capítulo II, *Predominância dos interesses mercantis sobre os interesses religiosos*, são analisadas as relações de interesses que predominaram sobre o projeto de catequese dos índios. Nas Colônias, afirma o autor, o monarca conferia direitos e poderes ao capitão latifundiário e, em alguns casos, até jurisdicionais. Os interesses mercantis visavam o alto lucro, com base na monocultura monopolizada. Tal empreendimento era justificado pela necessidade de desenvolver um crescimento rápido da economia na metrópole.

Desde as primeiras expedições, “a colonização do Brasil foi pensada e realizada em função da produção, para o enriquecimento da Coroa e do estamento mercantil dominante” (p. 31). As vantagens econômicas somente seriam possíveis por meio de uma produção que beneficiava a poucos e, especialmente, era desenvolvida a custo baixo. A estrutura do estamento mercantil era caracterizada como uma sociedade fechada, que se constituía por dois segmentos: os senhores e os outros.

No que se refere à escravização indígena, a coroa portuguesa não tinha como impedi-la. Ela foi necessária, visto que havia urgência de mão-de-obra barata, em razão dos “objetivos da acumulação primitiva de capital, mão-de-obra escrava” (p. 32). A escravização dos índios ocorreu fundamentada no argumento de que eles não apresentavam os valores da cultura e da sociedade portuguesa.

Tais princípios não faziam nenhuma diferença; doutores da igreja “julgavam-na natural, quer por deficiências intelectuais, quer pela degradação do pecado, quer por razões de cativo” (p. 32). As críticas aos excessos dos interesses mercantis existiam por parte dos jesuítas, mas, nada impedia “a justiça do *status quo* social” (p. 32). Podia-se contornar qualquer situação moral ou legal visando a sustentabilidade do empreendimento planejado.

A legitimidade dos interesses mercantis se encontrava acima da posição assumida pelos jesuítas, já que eles eram funcionários da coroa portuguesa e, nesse sentido, não lhes cabia questionar a estrutura social. “É a partir da sujeição que se poderá pensar num trabalho sistemático de imposição cultural, a cargo sobretudo da catequese” (p. 45). A sujeição à cultura portuguesa e aos objetivos portugueses era ordenada em documentos oficiais.

No capítulo III, *O papel da catequese dos índios no processo da colonização*, é discutida a maneira como se desenvolveu a prática catequética, o conteúdo catequético e a forma de catequização. Os índios também não conseguiam fazer distinção entre colonização e catequese, muito menos compreender os objetivos de cada segmento social. “Recebiam o impacto da colonização como uma totalidade que os retirava do seu sossego e os punha em nova situação, exigindo-lhes trabalho braçal, participação das guerras, mudança de costumes, doutrinação” (p. 52).

Para José Maria de Paiva, a pastoral salvacionista impôs-se pelo medo, por meio de diferentes práticas de caráter ardiloso. A pastoral tinha a missão estabelecer e impor regras e

normas para afastar os índios do mal. “Cumprira retirá-los da jurisdição do demônio e inseri-los na comunidade cristã” (p. 61).

Para aculturá-los, diversos eram os ritos devocionais praticados pelos jesuítas: missa, comunhão, confissão, batismo, unção dos enfermos, crisma, casamento, procissões, orações, penitências, bênçãos, entre outros. Em relação ao batismo, todas as crianças e moribundos eram batizados, mas, os adultos deviam demonstrar o “abandono dos costumes antigos e aceitação dos costumes novos” (p. 66).

O índio ao receber a confissão pública do batismo, recebia um nome em língua cristã, geralmente de uma grande personalidade portuguesa. A comunhão foi usada como um instrumento pastoral para pregar e doutrinar nas aldeias. A dominação e a imposição da cultura portuguesa ocorriam de maneira eficaz pela instrumentalização dos meninos pregadores, pelo processo de escolarização desenvolvida.

A práxis catequética dos jesuítas quinhentista atendia aos interesses dos donos do poder, aos interesses do estamento mercantil português. O conteúdo da catequese seguia a doutrina cristã, apoiada em seus dogmas, princípios morais e espiritualidade; porém, a fé cristã não se adaptava à cultura indígena.

A fé cristã não foi aceita passivamente, “eles se defendiam em todos os sentidos e, quando não o podiam, fugiam” (p. 78). Um símbolo dessa resistência eram os pajés. A forma da catequização constituiu-se pela sujeição à força militar em ação, desenvolvendo um papel fundamental na colonização, “como uma força realmente integrada a todo o processo” (p. 94).

O contexto português quinhentista caracterizou-se pela unidade entre a fé e o poder político; nele, a prática catequética era parte de um conjunto de recursos empregados para a efetivação dos interesses econômicos da sociedade dominante. Porém, pela análise do processo de colonização nota-se a evangelização não se associou ao empreendimento do comércio visando, de um lado, os interesses comerciais e, de outro, a doutrinação cristã. O homem português quinhentista não tinha consciência dessa dualidade de interesses, visto que, apresentava uma imagem cristã medieval do mundo, unificadora e, nela, a distinção entre o Estado e a Igreja não existiam. Todos trabalhavam para fazer reinar a graça de Deus no mundo. Mas, junto com o comerciante vieram os guerreiros e os missionários. E, estes, a serviço da Coroa Portuguesa, como os demais funcionários do Estado, desenvolveram a catequese como um instrumento de imposição dos usos e dos costumes portugueses.

Como suplemento, José Maria de Paiva desenvolve uma reeleitura da obra, num texto intitulado: *Após 25 anos*. Primeiramente, faz uma análise do próprio texto e, em seguida, discute o que foi a catequese indígena realizada pelos portugueses. Desenvolve uma análise histórico-cultural dos diversos comportamentos sociais que se estabeleceram na relação entre a cultura portuguesa quinhentista e a cultura indígena. A compreensão que os portugueses tinham da realidade se apoiava em uma visão cristã do mundo. Deus estava presente na vida e, além disso, todos comungavam essa crença. A sociedade quinhentista estava subordinada à grande obra divina. E, todos, sem exceção, tinham por obrigação, a imitação de Cristo. A presença de escravos no atendimento desses anseios foi culturalmente aceita. A relação com os indígenas foi definida pelas necessidades dos colonos. A fé servia como amálgama social. O processo de aculturação ocorria por meio da incorporação, apoiada na obediência e na vassalagem. A unidade social cristã estabelecida pela conversão indígena não ocorreu como uma aceitação consciente à ordem divina. A colonização e a catequese serviam a um mesmo propósito cultural. O envolvimento de toda a sociedade nas relações comerciais fez-se naturalmente, como condição culturalmente aprovada. Não se pode, então, afirmar que existiam interesses de grupos específicos como sendo os principais responsáveis por provocar o processo de colonização e de aculturação do indígena. Todos se envolviam de modo natural com os novos meios de produção de riqueza, inclusive com as condições exigidas para a sua realização. Essas mudanças trouxeram novas possibilidades de desenvolvimento de uma vida

ativa. Era preciso, segundo eles, converter o mundo de natureza em que viviam os indígenas em um mundo da razão. Para tanto, fez-se necessário introduzi-los no mundo das letras e, o caminho foi traduzido no ensino das primeiras letras aos filhos dos índios, juntamente com os filhos dos colonos. O estudo nos colégios pôs os indígenas em contato com as letras e com a própria cultura portuguesa, fundada na fé cristã.

A Editora Arké presta um grande serviço às ciências humanas no Brasil ao oferecer a reedição da obra *Colonização e Catequese*. Trata-se de uma leitura recomendável. Ela certamente propiciará aos pesquisadores da área de religião, sociologia e, sobretudo, educação, uma visão mais apurada da realidade e da cultura brasileira, especialmente no que se refere a um aprofundamento da História da Educação no Brasil. A obra busca ampliar o debate na área de História da Educação, especialmente no que se refere aos Fundamentos da Educação pelo estudo dos Clássicos. Trata-se de uma obra que se considera o espaço da educação inserido na intersecção do individual e do social, na medida em que a educação surge como resultado das relações sociais características de uma sociedade determinada.